

A UTOPIA DE PAULO FREIRE E OS CAMINHOS DA FLEXIBILIDADE CURRICULAR NA COMUNIDADE EDUCATIVA

Ana França¹ & Natalina Cristóvão Santos²

¹ Centro de Investigação em Educação, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade da Madeira, anak@staff.uma.pt

² Centro de Investigação em Educação, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade da Madeira, mcsantos@staff.uma.pt

Resumo

Neste artigo, pretendemos estabelecer um diálogo entre o pensamento de Paulo Freire – *Ensinar exige disponibilidade para o diálogo* (resgatado da sua obra “Pedagogia da Autonomia”) – e a ação flexível do currículo em relação com uma prática pedagógica reinventada. Várias têm sido as questões colocadas por Paulo Freire a partir da década de 60 e que continuam bem atuais. De facto, os saberes pedagógicos são basilares para esbater a impermeabilidade à mudança, sendo que para o efeito, a ação do professor é basilar para a efetivação de um diálogo fundamentado no currículo, nomeadamente na área da Educação Artística, cujas dimensões envolvem a escola, o professor e o aluno, por um lado, e, por outro, a abertura a novas formas de gerir esse mesmo currículo. E é neste entrecruzar de fios que colocamos em diálogo vários intervenientes na gestão curricular, à luz de normativos em vigor.

Palavras-chave: Paulo Freire; Prática pedagógica; Flexibilidade Curricular; Educação.

PAULO FREIRE’S UTOPIA AND THE PATHS OF CURRICULUM FLEXIBILITY IN EDUCATION COMMUNITY

Abstract

In this article, we intend to establish a dialogue between Paulo Freire’s thinking - *Teaching requires availability for dialogue* (recovered from his work *Pedagogia da Autonomia*) - and the flexible action of the curriculum in relation to a reinvented pedagogical practice. Several questions have been raised by Paulo Freire since the

1960s and remain very up to date. In fact, pedagogical knowledge is crucial to blur impermeability to change and for that purpose teacher's action is essential for the realization of a dialogue based on the curriculum, namely in the area of Artistic Education whose dimensions involve the school, the teacher and the student, on the one hand, and on the other the openness to new ways of managing that same curriculum. And it is in this interweaving of threads that we put in dialogue several actors in curriculum management, in the light of current regulations.

Keywords: Paulo Freire; Pedagogical practice; Curricular Flexibility; Education.

Introdução

O pensamento teórico-metodológico de Paulo Freire encruzou países e continentes, influenciando a criação de programas e práticas educacionais, contribuindo para a disseminação da educação popular, em particular na América Latina, despoletando novos referenciais teóricos e temas educacionais em muitos países. As suas preocupações sobre currículo, percebido como processo de interação de todas as práticas e reflexões que alicerçam os processos educativos, são evidentes e foram difundidas em vários momentos e estágios da sua obra escrita. O seu legado educacional continua pleno de desafios, pela atualidade dos temas que traz para debate a condição humana, refletindo contextos sociais e culturais diversos que ainda estão em estudo e sobre os quais, provavelmente, há muito a investigar.

Neste âmbito, com o presente texto pretende-se aflorar a atualidade das ideias de Paulo Freire, abordando a utopia e refletindo acerca da pertinência duma prática pedagógica em diálogo, numa perspetiva de flexibilidade curricular.

Revisitando algumas ideias sobre o legado de Freire

Paulo Freire (1921-1997), Patrono da Educação Brasileira, tornou-se um dos grandes pensadores do século XX, sobretudo na área educacional, ao publicar sua obra – *Pedagogia do Oprimido* – em 1968. Nesse livro, amplamente conhecido em todo o mundo, Freire argumenta a tese de que não há neutralidade na educação. A hipotética imparcialidade pedagógica é, na verdade, uma ilusão, considerando que a educação forma as pessoas sob a égide de objetivos e referências de um projeto sociopolítico previamente definido, sendo que a questão central que se coloca é sabermos se esse é um discurso dos opressores ou dos oprimidos. Destarte, “a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes” (FREIRE, 2004, p. 11), daí a necessidade de uma pedagogia dos e com os oprimidos, pois “os métodos de opressão não podem, contraditoriamente, servir à libertação dos oprimidos” (idem, p.11).

De facto, o seu pensamento é largamente marcado pela luta contra qualquer discriminação, na busca incessante pela superação da relação opressor oprimido. Paulo Freire foi muito crítico às injustiças vivenciada por eles durante o século XX. Fertilizado na utopia, denunciou as injustiças evidenciadas na sociedade, teve esperança e sonhou com um outro mundo possível. Para este pedagogo, os sonhos fazem parte de um princípio ontológico, de uma base para a vida, razão pela qual argumenta que “ser no mundo significa transformar e retransformar o mundo [...] nossas responsabilidades consistem em intervir na realidade e manter nossa esperança” (FREIRE, 2014, p. 51). Sendo assim, “o que não é, porém, possível é sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto” (Freire, 2000, p. 53), uma vez que os sonhos são projetos pelos quais lutamos, implicando avanços e recuos, por vezes demorados, que exigem uma matriz forte em princípios e valores de convivência em comunidade.

Os caminhos trilhados pela educação nos últimos anos nos permitem afirmar que o objeto central da discussão sobre educação abrange necessariamente a ideia de uma escola que seja capaz de atender à variedade de características dos seus alunos, no respeito pela individualidade de cada um deles. Na verdade, acreditar na transformação do mundo pelos caminhos freirianos do diálogo é acreditar na capacidade de todos os seres humanos sustentarem juntos o ideal utópico da mudança, no qual a inclusão continua a ser um dos maiores de todos os sonhos: uma realidade na qual opressores e oprimidos sejam livres de elos que aprisionem, nomeadamente, da discriminação, do preconceito, da injustiça.

Indubitavelmente, é este o elemento que caracteriza um dos mais ricos e importantes legados que Paulo Freire deixou às sociedades: o respeito pelos seres humanos no que eles têm de mais valioso, a sua humanidade. “Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança”. (FREIRE, 1992, p. 91).

Resgatando o conceito de utopia

Inspirando-se no mito do El Dorado e nas novas descobertas no Oceano Atlântico Sul, Thomas More (1480-1535) escreve, em 1516, a obra *Sobre o melhor estado de uma república e sobre a nova ilha Utopia*, livro conhecido entre nós como *A Utopia*. More consagra a ‘utopia’ como projeto, modelo imaginário de Estado e de sociedade, termo esse utilizado frequentemente para descrever qualquer projeto de sociedade mais justa e igualitária. “Este sentido de utopia permanece até os séculos XVIII e XIX. Por exemplo, nas utopias sociais dos filósofos utópicos franceses: Charles Fourier, Saint-Simon, Étienne Cabet, etc” (Bloch, 1993, p. 21).

Já para Freire, o conceito de utopia vincula-se ao novo conceito introduzido na História do Pensamento Filosófico por Ernst BLOCH, para quem utopia é processo histórico realizado pelo homem que luta alimentado na esperança de um novo homem (Bloch, 1959). É, portanto, um modo de estar-sendo-no-mundo, que exige conhecer a realidade, uma vez que conhecer é a possibilidade de ‘projetar’, de bus-

ca. Ao longo dos anos, o significado de utopia alargou-se, chegando no século XX com outras definições. Revisitar as diferentes perspectivas históricas sobre utopia e Paulo Freire provoca em nós uma reflexão complexa sobre a nossa ação enquanto pessoas promotoras de pensamento crítico e de ambientes de aprendizagens contextualizadas. Somos responsáveis e intervenientes na comunidade a que pertencemos, com as suas especificidades, numa perspectiva educativa mundial. Disse Freire, “O homem é um ser de relações que estando no mundo é capaz de ir além, de projetar-se, de discernir, de conhecer (...) de perceber a dimensão temporal da existência como ser histórico e criador de cultura” (Freire, 1959, p. 8).

Neste âmbito, perceber Paulo Freire como intelectual de fronteira quer dizer que seu pensamento vem sendo modificado à luz do tempo e do contexto histórico em que se encontra inserido – seja no exílio, em África, na América ou na Europa. A atualidade do seu pensamento não se circunscreve a fronteiras sociais, culturais e políticas. Como “andarilho da utopia”, Freire leva ao mundo a esperança e um movimento emancipador, cujo objetivo consiste na promoção da autonomia dos sujeitos, tendo em vista a transformação social.

O homem busca porque não está completamente ‘acabado’, por ser ‘inconcluso’, por ‘esperar’. E é esta esperança que é o eixo que torna o homem capaz de levar adiante e realizar a sua história (FELIPE, 1979). Paulo Freire foi crítico às injustiças vivenciadas, decorrentes da realidade capitalista. Fertilizado na utopia, denunciou as mazelas, teve esperança e sonhou com um outro mundo possível.

Este pedagogo rejeita a conclusão do mundo e argumenta que a realidade está aberta em processos que vão acontecendo no horizonte das possibilidades, enquanto o futuro, dado que “[...] existe na medida em que eu ou nós mudamos o presente. E é mudando o presente que a gente fabrica o futuro: por isso, a história é possibilidade e não determinação” (FREIRE, 1991, p. 90), razão pela qual outorga à práxis a incontornável posição de, em consonância com a esperança, prover condições para a concretização das mudanças sociais: “enquanto necessidade ontológica, a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã” (FREIRE, 1992, p. 5).

A utopia em Freire, é, pois, um movimento dialético de transformação das estruturas sociais, impelido pela “esperança” de que o homem pode cada vez “ser mais” na história da sua humanização. Neste processo, nada é permanente, exceto a busca deste “ser mais”. O caráter utópico desta pedagogia é tão permanente quanta a educação contextualizada. De qualquer maneira, quando a educação já não é utópica, isto quando já não é desafiante unidade da denúncia e do anúncio, é porque o futuro perde sua real significação ou porque se instala o medo de viver no risco do futuro como superação criadora do presente que envelhece.

O sentimento basilar dos sonhos, que “fazendo-se e refazendo-se no processo de fazer a história, mulheres e homens, virando seres da inserção no mundo e não da pura adaptação no mundo, terminaram por ter no sonho também um motor da história” (Freire, 1992, p. 91).

Em jeito de síntese, na sua proposta utópica, Paulo Freire não pode ser lido sob o enfoque idealista, considerando que nem antecipa o novo modo de ser humano na sociedade a ser inventada, nem idealiza tal modo de ser. Antes, estabelece o princípio sobre o qual o “novo homem” se construirá: com o processo de libertação ou conscientização não mais existem as classes opressora, oprimida. Deste processo é que deve nascer o “homem novo”.

Em diálogo com intervenientes na gestão curricular

Freire (2004) diz-nos que o ato de educar ou ensinar, nomeadamente, exige disponibilidade para o diálogo, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, rigor metodológico, curiosidade, bom senso, criticidade e reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Este, enquanto ação de grande responsabilidade por parte do professor, pois vai marcar, decisivamente, o modo do aluno ver e de estar no mundo, é espaço de debate entre todos os intervenientes educativos, na busca de uma educação transformadora. Na sua obra *Pedagogia da Autonomia*, Freire argumenta que “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História” (Freire, 2004, p. 136). Perspetiva-se, assim, uma abertura à reflexão e ao compromisso de desenvolver processos educativos promotores de ambientes de aprendizagem participativos, democráticos, dinâmicos e desafiadores na construção do conhecimento.

Para o efeito, uma resposta mais assertiva, requer e exige do educador um outro entendimento acerca das metodologias, estratégias e conteúdos, ou seja, uma outra abertura a novos saberes necessários à prática educativa.

Como se perspetiva, a ação do professor é basilar para a existência de um diálogo fundamentado no currículo, razão pela qual o pedagogo em referência argumenta que nestes diálogos o educador deve ser inventor e um reinventor constante dos meios e dos caminhos com os quais facilite mais e mais a problematização do objeto a ser desvelado e finalmente apreendido pelos educandos (Freire, 1980). Neste processo, a disponibilidade ganha particular relevo, pois é nesta que professor constrói a sua segurança, segurança essa transmitida aos alunos nas temáticas expostas, na abertura a novos desafios na abertura a novos saberes necessários à prática educativa. Vislumbra-se, deste modo, em Freire a necessidade da reeducação dos professores que deve ser permeada, entre outros elementos, pelas conquistas das competências e das habilidades técnicas.

À disponibilidade que Freire advoga, basilar no processo educativo e também para a conquista de competências e habilidades técnicas está, em nosso entender, estão intrínsecas outras dimensões da gestão curricular, neste texto referidas como medidas levadas a efeito pelo Ministério da Educação. Estas medidas representam dimensões que envolvem a escola, o professor e o aluno, por um lado, e, por outro, a abertura a novas formas de gerir esse mesmo currículo.

Entendemos que a escola tem como principal missão proporcionar aprendizagem a todos os alunos. “Tendo como adquirido que a aprendizagem é um processo continuado de construção experiência e saber e que a escola tem uma função curricular a desempenhar, considera-se o currículo como um guia orientador de aprendizagens e atribui-se à escola, em geral, e a cada escola, em particular. Todavia, em pleno séc. XXI, a escola que temos não é ainda a escola que desejamos, pois continua refém de uma prática pedagogia invariável que evidencia “o dar o mesmo a todos e ao mesmo tempo”. Este cenário, que necessita profundas mudanças, obriga a uma metamorfose no modo de pensar, planejar, agir e integrar o currículo enquanto compromisso de aprendizagem. Neste sentido, destacam-se algumas medidas levadas a efeito pelo Ministério da Educação, nomeadamente: *Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar* (2016), integrado no quadro das orientações de política educativa definidas no Programa do XXI Governo Constitucional, nas Grandes Opções do Plano 2016-2019; *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (PA)* Despacho n.º 6478/2017 de 26 de julho, estruturado em princípios, valores e áreas de competências, representa a matriz comum para todas as escolas, ofertas e mobilidades educativas e formativas no âmbito da escolaridade obrigatória. Este Despacho sintetiza o que é relevante aprender, nomeadamente no âmbito da educação artística; (Projeto de) *Autonomia e Flexibilidade Curricular* – Faculdade conferida à escola para gerir os currículos do ensino básico e secundário, partindo das matrizes curriculares de base, alicerçada na possibilidade de enriquecer o currículo, tem como grande finalidade a *promoção de melhores aprendizagens indutoras do desenvolvimento de competências de nível mais elevado*, assumindo que a prática de autonomia, no âmbito da Educação, tem como principal objeto de reflexão e ação o currículo (Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho); *Aprendizagens Essenciais (AE)*: Conjunto comum de conhecimentos indispensáveis e articulados, promotores das capacidades e atitudes específicas, a desenvolver por todos os alunos nas várias áreas disciplinares, baseadas no PA. Implica uma reorganização e flexibilização curricular, em convergência com o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, contextualizada numa cultura de trabalho em equipa e de autonomia da escola.

As AE, enquanto referencial de base, *aplicam-se a todas as ofertas e modalidades educativas e formativas do ensino básico* (Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho); *Estratégia Nacional para a Cidadania* (ENEC), que se constitui como um documento de referência implementado, no ano letivo de 2017/2018, nas escolas públicas e privadas que integraram o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, em convergência com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e com as Aprendizagens Essenciais.

Os processos de educação e cidadania, vivenciados em contexto escolar, pretendem garantir *um conjunto de direitos e deveres que devem ser veiculados na formação das crianças e jovens portugueses*, que por sua vez privilegia a *igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos* e ainda a valori-

zação de valores enraizados numa cultura local e nacional (Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio); *Currículo do Ensino Básico e Secundário*, que veio definir os princípios orientadores do currículo do ensino básico e secundário, no âmbito da sua conceção, implementação e avaliação das aprendizagens, perspetivando a todos os alunos a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no PA.

Assim, é fundamental que as escolas e comunidades educativas *tenham liberdade para poderem desenvolver o currículo localmente, com autonomia plena ... potenciando melhores aprendizagens para todos* (Decreto-Lei 55/2018, de 6 de julho).

Como se depreende, os atuais documentos oficiais de referência ao desenvolvimento curricular, às aprendizagens consideradas essenciais e ao perfil dos alunos, construído ao longo da escolaridade obrigatória, parecem ser unânimes que é urgente a mudança e transformação da escola em espaços de aprendizagem, onde impere a liberdade, a formação humanista, a autonomia e a flexibilidade curricular. “A possibilidade foi aberta e a expectativa é promissora, em particular para as escolas e para os professores. Interessa, pois, organizar o currículo de forma a proporcionar oportunidades educativas múltiplas, inteligentes, desafiadoras e construídas de forma mais adequada a cada contexto” (Palmeirão e Alves, 2017: 5). Tudo está interligado, perspetivando uma resposta à diversidade social e cultural, através de respostas facilitadoras da integração curricular, utilizando metodologias de trabalho de projeto, no sentido de criar ambientes de aprendizagem desafiadores, contextualizados e inovadores.

Ora, tratando-se de um conjunto de ações relacionadas com a prática docente e que são determinantes para o desenvolvimento do *Perfil dos Alunos*, cabe ao professor abordar os conteúdos de cada área do saber, associando-os a situações e problemas presentes no quotidiano da vida do aluno ou presentes no meio sociocultural e geográfico em que se insere, recorrendo a materiais e recursos diversificados; organizar o ensino prevendo a experimentação de técnicas, instrumentos e formas de trabalho diversificados, promovendo intencionalmente, na sala de aula ou fora dela, atividades de observação, questionamento da realidade e integração de saberes; organizar e desenvolver atividades cooperativas de aprendizagem, orientadas para a integração e troca de saberes, a tomada de consciência de si, dos outros e do meio e a realização de projetos intra ou extraescolares; promover de modo sistemático e intencional, na sala de aula e fora dela, atividades que permitam ao aluno fazer escolhas, confrontar pontos de vista, resolver problemas e tomar decisões com base em valores (ME, 2017, p. 31).

Trata-se de uma política, cujas medidas pretendem esbater a tradição de currículo prescrito, para um outro entendimento que faça das escolas não só espaços de decisão curricular, mas também dos professores agentes ativos dessa decisão. Procura-se dar poderes à escola para organizarem uma parte do seu tempo curricular, à luz dos princípios da autonomia e de flexibilização, alicerçados na contextualização do currículo prescrito (Leite, Fernandes e Figueiredo, 2018).

Com o intento de focar a atenção do educando e nas aprendizagens essenciais

(Despacho n.º 5908/2017), “o currículo é visto como uma ferramenta que visa a promoção do sucesso escolar, através do estabelecimento de pactos graduais de transdisciplinaridade, de participação e reforço da autonomia e responsabilidade pessoal e coletiva (Palmeirão e Alves, 2017, p. 4). Neste entendimento, o Currículo do Ensino Básico e Secundário, à luz do Decreto-Lei 55/2018, de 6 de julho, preconiza a garantia que todos os alunos, independentemente da oferta educativa e formativa que frequentam, alcancem as competências definidas no Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, assumindo, de modo inequívoco, a centralidade das escolas, alunos e professores, e possibilitando a gestão do currículo de forma flexível e contextualizada.

Considerações finais

Acreditar na transformação do mundo pelos caminhos freirianos da comunhão, do diálogo, da conscientização é acreditar na capacidade de todos os seres humanos alimentarem juntos o ideal utópico da mudança, no qual a inclusão é, nos nossos dias, um dos maiores de todos os sonhos: uma realidade onde opressores e oprimidos se façam, de fato, livres dos elos aprisionantes do preconceito, da discriminação e da injustiça. Este é, sem sombra de dúvida, um dos mais importantes legados que Paulo Freire deixou para a sociedade dos nossos dias: o respeito pelos seres humanos no que eles têm de mais valioso, a sua humanidade.

O pensamento contemporâneo sobre educação tem de ir além do já conhecido e alimentar-se de um pensamento utópico, que se exprime “pela capacidade não só de pensar o futuro no presente, mas também de organizar o presente de maneira que permita atuar sobre esse futuro” (Furter, 1972, p. 7).

Passados dezenas de anos sobre as ideias de Paulo Freire é real a necessidade do desenvolvimento de uma pedagogia alicerçada na ética, na cultura, no respeito e autonomia do educando sabendo que “quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender tanto mais se constrói e desenvolve o que venho chamando curiosidade epistemológica, sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do objeto” (Freire, 2004, p. 25).

Nesta reflexão conseguimos estabelecer um diálogo entre o pensamento de Paulo Freire – Ensinar exige disponibilidade para o diálogo (resgatado da sua obra “Pedagogia da Autonomia”) – e a ação flexível do currículo em relação com uma prática pedagógica reinventada. De facto, os saberes pedagógicos são basilares para esbater a impermeabilidade à mudança, sendo que para o efeito, a ação do professor é basilar para a efetivação de um diálogo fundamentado no currículo, nomeadamente na área da Educação Artística, cujas dimensões envolvem a escola, o professor e o aluno, por um lado, e, por outro, a abertura a novas formas de gerir esse mesmo currículo. “Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra” (Freire, 2004, p. 77). E é neste entrecruzar de fios que colocamos em diálogo vários intervenientes na gestão curricular, à luz de normativos em vigor.

Referências Bibliográficas

- BLOCH, E. (1959). *Das Prinzip Hoffnung*. Suhrkamp Verlag, Frankfurt. Suhrkamp.
- BLOCH, E. (1993). *Filosofia da práxis e utopia concreta*. São Paulo: UNESP
- FAURE, E. et al (Coord.). (1972). *Apprendre à être*. Paris: Fayard/UNESCO.
- FREIRE, P. (1959). *Educação e Atualidade Brasileira*. Recife: Universidade Federal de Recife.
- FREIRE, P. (1976). “Ação cultural para a libertação”, in: *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 59.
- FREIRE, P. (1979). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- FREIRE, P. (1980). *Cartas à Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (1991). *Educação na cidade*. São Paulo: Cortez Editora
- FREIRE, P. (1992). *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (2000). *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP.
- FREIRE, P. (2004). *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (2004). *Pedagogia do Oprimido*. 38. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, P. et al (2014). *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. 1.ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- LEITE, C., FERNANDES, P. & FIGUEIREDO, C. (2018). Challenges of curricular contextualisation: Teachers’ perspectives. *The Australian Educational Researcher*, 45(4), 435-453. doi:10.1007/s13384-018-0271-1 JCR; Scopus
- MARTINS, G. O. (2017). *O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.
- MELLO, G. N. (2002). O Espaço das Políticas Educativas na Sociedade do Conhecimento: em busca da Sociedade do Saber. In A. PROST et al. *Espaços de Educação, Tempos de Formação* (2002). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.69-97.
- Ministério da Educação (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Lisboa: DGE/Ministério da Educação.
- Ministério da Educação (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Disponível em <http://dge.mec.pt/noticias/perfil-dos-alunos-saida-da-escolaridade-obrigatoria>.

- PALMEIRÃO, C. e ALVES, J. M. (2017) (coord.). Construir a autonomia e a flexibilidade curricular.: Os desafios da escola e dos professores. Edição: Universidade Católica. Porto

- SCOCUGLIA, A. C. (2005). As Reflexões Curriculares de Paulo Freire. In Revista Lusófona de Educação, p. 81-92.

Normativos:

- Decreto-Lei n.º 46/86, de 14 de outubro. Lei de Bases do Sistema Educativo – LBSE.

- Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro – Regime jurídico da autonomia da escola.

- Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei N.º 224/2009, de 11 de setembro, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

- Plano Nacional de promoção do sucesso escolar (2016). Decorre da resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março.

- Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio. No âmbito das prioridades definidas no Programa do XXI Governo Constitucional para a área da educação, foi produzida a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), a qual resultou da proposta elaborada e apresentada pelo Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania.

- O Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho. Autoriza, em regime de experiência pedagógica, a implementação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário, no ano escolar de 2017-2018.

- Despacho n.º 6478/2017 de 26 de julho. Homologa o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

- Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho de 2018. Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.

- Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho: Homologa as Aprendizagens Essenciais do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos).